

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH/PR

- **OBJETO:** Posse dos novos Conselheiros Titulares e Suplentes, aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária e 2ª Reunião Extraordinária do CERH/PR, Leitura do Expediente, Apresentação da proposta de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, criação de Câmara Técnica de acompanhamento do processo de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, criação de Câmara Técnica para discussão sobre enquadramento de cursos d'água de domínio do Estado do Paraná, Assuntos Gerais e encerramento.

Aos 08 dias de dezembro de 2004, às 09:00 horas, no Salão Nobre da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR, contando com a presença do Presidente do Conselho e Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, LUIZ EDUARDO CHEIDA, da Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, dos Conselheiros Titulares, FERNANDO SÉRGIO DOS SANTOS CALDEIRA, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, JOÃO LUIZ BRITO VALENTE da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, KÁTIA NORMA SIEDLECKI da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM, PAULO ROBERTO MEIRA da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, DARCY DEITOS da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, FERNANDO PILATTI da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS, RAFAEL FERREIRA FILIPPIN da Liga Ambiental, PAULO CESAR MEDEIROS do CEDEA, MARIA ARLETE ROSA da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, e GUNTOLF VAN KAICK da OCEPAR; e dos Conselheiros Suplentes, BERNARDO PATRÍCIO NETTO da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, ANTONIO SPOLADOR JÚNIOR da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, EDUARDO SALAMUNI da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM, GERMANO VALENÇA MONTEIRO JÚNIOR da Secretaria de Estado dos Transportes – SETR, ROSANGELA CURRA KOSAK, da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, EMÍLIO TREVISAN da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA, LUIZ MARCOS FEITOSA DOS SANTOS da EMATER, VALTER APARECIDO PEGORER da Prefeitura Municipal de Apucarana, DERLI ANTONIO DONIN, da Prefeitura Municipal de Toledo, CRISTÓVÃO VICENTE FERNANDES da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES; e dos convidados CLÁUDIA REGINA BOSCARDIN da SMMA/PMC, INGRID ILLICH MULLER da ABRH, LUIZ FERNANDO ARRUDA GONÇALVES da COPEL, DONIZETE LEOPOLDO CALÇA da SESA, ANDRÉ PEGORER da Prefeitura Municipal de Apucarana, ALEX DIAS DE AZEVEDO da Tractebel Energia, TÂNIA LÚCIA GRAF DE MIRANDA da SEMA, MARTA BURKE da

SUDERHSA, CARMEM KUMMER da FIEP, THEO BOTELHO MARÉS DE SOUZA da SEMA, J. CARNEIRO da SEMA, EUCLIDES GRANDE JUNIOR da Liga Ambiental, LUIZ ANSELMO TOURINHO da FAEP. O Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA deu início à reunião, saudando os Conselheiros e demais presentes, e agradecendo a presença de todos. A Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, fez a verificação de quorum, contando com a presença de 17 Conselheiros. O Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA passou à leitura da pauta do dia, a qual submeteu à aprovação dos Conselheiros, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Na seqüência empossou os novos Conselheiros Titulares e Suplentes nomeados pelo Decreto 3665/04. A seguir submeteu à aprovação a ata da 5ª Reunião Ordinária do CERH/PR. O Conselheiro EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA da ABAS/PR solicitou alteração na linha 231 da palavra nordeste por noroeste, o que foi acatado, sendo que a ata foi aprovada por unanimidade com esta alteração feita. Na seqüência o Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA colocou em votação a ata da 2ª Reunião Extraordinária do CERH/PR. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da Liga Ambiental cumprimentou o Presidente do Conselho e a Secretaria pela convocação dessa 2ª Reunião Extraordinária e pelo conseqüente cumprimento do dispositivo do Art. 12 que regulamenta o CERH/PR. A seguir solicitou que fosse acrescentado no preâmbulo da ata o nome da Conselheira da PGE, visto que na seqüência da Ata consta que a mesma participou da votação da minuta de projeto de lei que altera a Lei 12.726/99. Solicitou ainda, que constasse da Ata os fundamentos do voto que proferiu contrário à aprovação da lei, em especial a isenção do setor agropecuário quanto à cobrança pelo uso da água, baseados em dois artigos que havia lido, que traziam informações do IBGE, na revista Caros Amigos, o qual passou à leitura. O Conselheiro VAN KAICK da OCEPAR manifestou-se contrário à transcrição do pronunciamento do colega Conselheiro, visto que no seu entendimento a ata deve ser um resumo dos argumentos trazidos. O Conselheiro DARCY DEITOS da SUDERHSA disse entender que a isenção do setor agropecuário já havia sido aprovada na reunião anterior, e que a discussão da constitucionalidade da lei deveria ser buscada na Justiça por aqueles que se sentirem prejudicados. O Conselheiro DERLI DONIN da Prefeitura Municipal de Toledo mencionou que a existência dessa isenção é importantíssima para os 3.800 produtores rurais de Toledo, onde as frações de terra não são superiores a 10 alqueires, onde são produzidos principalmente suínos e frangos, contemplando essas pessoas situadas no campo, fazendo parte da agricultura familiar. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN da Liga Ambiental disse não querer reiniciar o debate, que apenas gostaria que os argumentos por ele utilizados, publicados em meios de comunicação diferentes, constassem em ata. O Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA solicitou que a secretaria executiva fizesse a leitura da transcrição deste trecho da reunião, embora a decisão sobre a matéria já tivesse sido tomada na reunião anterior. A Secretária MARIANNA SOPHIE ROORDA fez a leitura do trecho a seguir: “apesar da expansão do agronegócio, ou por causa dela, os dados disponíveis mostram uma crise grave e também um enorme potencial a se explorar no agronegócio brasileiro. Não mais de 80 mil estabelecimentos rurais estão capitalizados e integrados na prosperidade do bom exportador, 790 mil estabelecimentos rurais, 71% portanto, não têm condições de investir, 240 mil (21%) estão sucateados. Significa que o setor agrícola nacional é

extremamente heterogêneo e tem problemas que carecem de soluções específicas para o setor, não é com uma simples isenção para todos que se vai conseguir constituir uma política pública para o setor”. O Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA indagou se o Conselheiro Rafael Filippin se considerava satisfeito com a inserção deste trecho, o que foi acordado pelo mesmo. O Conselheiro RASCA RODRIGUES do IAP, embora tenha se equivocado quanto ao trecho da pauta que o Conselheiro Rafael se referia, o que foi na seqüência esclarecido, posicionou-se contrário à transcrição, considerando que uma ata é a síntese da reunião. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN disse pedir para incluir os dados acima mencionados, para dizer que não era simplesmente uma opinião pessoal, e sim uma opinião emanada do movimento social a partir de dados estatísticos. O Conselheiro EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA propôs que se considerasse um resumo dos argumentos apresentados, para se chegar a um consenso do texto final da ata. Disse ainda considerar válido que todo conselheiro, na medida que a ata não esteja atendendo a sua colocação, que faça a sua sugestão e que abra o debate. O Conselheiro RASCA RODRIGUES comenta ter se equivocado quanto ao trecho da reunião, e disse que concordava que houvesse uma contemplação do manifesto do Conselheiro Rafael, desde que se tratasse de uma síntese. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN disse não querer prejudicar o andamento dos trabalhos, e sugeriu que se encaminhasse para votação. O Presidente do CERH/PR LUIZ EDUARDO CHEIDA colocou em votação a manutenção do texto original deste trecho da ata, ou a contemplação das modificações solicitadas. A manutenção do texto foi aprovada com 11 votos favoráveis e 6 votos contrários. Na seqüência o Presidente solicitou uma modificação na linha 164 da ata, solicitando que a redação final passasse a constar com a seguinte redação: “não há dúvida que a isenção é uma questão mais do que técnica, é uma opção de governo”. A redação acima foi aprovada, contando com dois votos contrários dos Conselheiros Rafael Filippin e do Conselheiro Paulo Cesar Medeiros. A ata foi então submetida à aprovação, sendo o mesmo aprovado com dois votos contrários dos Conselheiros acima mencionados. A seguir a Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, fez a leitura do expediente, destacando ofício da Agência Nacional de Águas – ANA, declarando o Rio Iguaçu até a confluência com o Rio Negro de domínio do Estado do Paraná, o encaminhamento da minuta de anteprojeto de lei que altera a Lei Estadual nº 12.726/99, conforme aprovada na 2ª reunião do CERH/PR, a nomeação por Decreto de novos Conselheiros, a indicação de representantes para compor Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e a solicitação da SANEPAR de reenquadramento da classe de rios do Estado do Paraná. O item seguinte da pauta referia-se à apresentação da proposta de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, cuja apresentação, feita pela coordenadora de recursos hídricos e atmosféricos da SEMA, TÂNIA LÚCIA GRAF DE MIRANDA, encontra-se no **anexo 1**. O Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, mencionou o interesse do Governador de um trabalho em conjunto com a COPEL na elaboração do referido Plano, em especial quanto a um inventário do potencial hidrelétrico do Estado do Paraná. Comentou da importância do Plano e do envolvimento do CERH/PR neste Plano. O conselheiro RAFAEL FILIPPIN, da Liga Ambiental, elogiou o presidente e a secretaria pela evolução dos trabalhos do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Quanto aos aproveitamentos

hidrelétricos mencionados pelo Presidente, disse haver a necessidade de se formular uma política estadual com relação à política energética no Estado do Paraná, e que o Conselho seria o fórum adequado para esse debate, e solicitou que esse debate, pela sua urgência, fosse trazido na próxima reunião do Conselho, tendo em vista a existência de alguns processos de licenciamento ambiental no Rio Ribeira e na Bacia do Rio Tibagi. O Conselheiro EDUARDO SALAMUNI solicitou a inclusão da MINEROPAR como instituição parceira na elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, tendo em vista o esforço da instituição em retomar o mapeamento geológico do Estado do Paraná, que pode ser bastante útil para o referido Plano. O Conselheiro ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA solicitou que a COMEC, pelas atribuições legais com relação ao uso e ocupação do solo, que tem um impacto imediato na preservação da quantidade dos recursos hídricos, também fosse incluída como instituição parceira. O Presidente do Conselho solicitou à Secretaria do Conselho que providenciasse a inclusão destas instituições como parceiras. A coordenadora de recursos hídricos e atmosféricos da SEMA, TÂNIA LÚCIA GRAF DE MIRANDA, mencionou que o FNMA solicitou que a SEMA e a Câmara Técnica do Conselho de acompanhamento do processo de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, em conjunto com as instituições parceiras, estabelecessem as competências de cada instituição na elaboração do Plano. O Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, falou que este trabalho estava franqueado a todos os conselheiros, às instituições e entidades não só do CERH/PR, mas dentro do Paraná, de forma a ter como produto um trabalho legitimado, mesmo que isso implicasse em uma maior demora nos trabalhos. O Conselheiro FERNANDO PILATTI, da UEPG, solicitou a participação das universidades. O Conselheiro FERNANDO CALDEIRA da SEPL perguntou qual seria o papel das instituições parceiras, tendo em vista que o Plano seria feito através de uma licitação de uma consultoria. A coordenadora da SEMA, TÂNIA LÚCIA GRAF DE MIRANDA mencionou que por existirem diversos órgãos do Estado na questão afeta aos recursos hídricos, que seria importante o fornecimento de subsídios e a troca de informações. O Conselheiro FERNANDO CALDEIRA disse entender que teríamos a contratação de uma consultora, uma Câmara Técnica para acompanhar o Plano, e instituições que iriam colaborar com a consultora na elaboração do Plano. A Conselheira MARIA ARLETE ROSA, da SANEPAR, sugeriu instituir um Grupo de Trabalho com todas as instituições que tenham interface com a questão de recursos hídricos para fazer o acompanhamento da elaboração dos trabalhos desenvolvidos pela Consultora a ser contratada para elaboração do Plano. Sugeriu ainda que esse grupo de trabalho pudesse ser constituído junto com a Câmara Técnica do Conselho, e contribuir na elaboração do Termo de Referência para a contratação da referida consultoria. O Conselheiro DARCY DEITOS da SUDERHSA sugeriu que as entidades representadas no Conselho que tivessem interesse em participar do grupo de trabalho como instituições parceiras, que se manifestassem junto à Secretaria Executiva do Conselho. O Conselheiro FERNANDO CALDEIRA da SEPL perguntou se o que havia sido apresentado ao Fundo Nacional era o Termo de Referência. A coordenadora da SEMA, TÂNIA MIRANDA explicou que havia sido encaminhado uma proposta de Plano com base no Termo de Referência que a SRH tinha encaminhado. O Conselheiro PAULO CESAR MEDEIROS do CEDEA indagou como seriam os trabalhos para se fomentar de fato a

participação da Sociedade Civil nos diversos municípios e nas diversas Bacias, visto que a metodologia nacional de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos deixa muito clara a necessidade de participação da Sociedade Civil Organizada. A coordenadora da SEMA, TÂNIA MIRANDA, mencionou que o processo de mobilização social era uma exigência clara da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH e do Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA, e que haviam recursos previstos para essa finalidade. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN, da Liga Ambiental, disse que gostaria de considerar a hipótese de que esse trabalho de mobilização fosse utilizado inclusive para a criação dos Comitês de Bacia onde os mesmos ainda não foram instalados, e principalmente aproveitar essa mobilização para que os Planos de Bacia comecem a ser discutidos. O Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA disse que é do entendimento da SEMA de que o Plano deve expressar o desejo das pessoas que representam a nossa sociedade, em especial dentro das bacias hidrográficas, e que esse Plano simbolize o que a maioria deseja para o Estado do Paraná. O Conselheiro DARCY DEITOS da SUDERHSA disse que em complementação ao que foi dito pelo Conselheiro da Liga Ambiental em relação aos Planos de Bacia, que a SUDERHSA está ultimando minuta de Convênio com a Agência Nacional de Águas – ANA, que prevê a elaboração dos Planos das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e da Bacia do Rio Tibagi. Disse ainda que o Paraná precisa efetivamente implementar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e destacou que diversas empresas estão ansiosas para contribuir com recursos para realizar algumas obras necessárias na direção de recuperação e preservação dos mananciais. O Conselheiro DERLI DONIN da Prefeitura de Toledo concordou com o Conselheiro Darcy Deitos, e mencionou que houveram inúmeras reuniões na Bacia do Paraná III para discussão do tema. Disse também que o prazo de dois anos para elaboração do Plano, para depois submetê-lo a uma discussão com a população, era um prazo muito longo. Disse entender que no Paraná todos os segmentos da sociedade, isto é, setor produtivo, sociedade civil organizada e órgãos governamentais, estão preparados para discutir e colocar em prática os Planos de Recursos Hídricos. O Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA lembrou que as discussões com a sociedade se darão ao longo da construção do Plano Estadual. Disse também entender que os recursos financeiros são pequenos para um Plano desse porte, mas que a intenção é a de se ter novos parceiros, principalmente do próprio governo. O Conselheiro CRISTÓVÃO FERNANDES ressaltou que a essência do Plano Estadual são os instrumentos de gestão, que devem ser vistos de forma integrada e interdependentes. Mencionou que o Termo de Referência vai ser a chave para que se tenha o Plano, e portanto, solicitou que dentro do possível gostaria de contribuir com o referido Termo. A coordenadora da SEMA, TÂNIA MIRANDA, disse que a proposta de Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná já havia sido encaminhada e aprovada pelo FNMA, e que agora cabia adequar o que se achasse pertinente. O Conselheiro WILSON BLEY LIPSKI, da SEDU, disse que a melhor forma das instituições de Governo participarem seria contribuindo com informações, visto que um milhão de reais eram poucos recursos para um Plano dessa magnitude. Mencionou que a presidência do Conselho de Cartografia compete ao Paraná Cidade, portanto, no âmbito da SEDU, onde estão sendo desenvolvidos os dez Planos Regionais do Estado do Paraná na questão do desenvolvimento regional, e

ainda, que dispunham de um terço dos municípios do Estado com imagens digitalizadas, que poderia contribuir para a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos. O Presidente do Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA, agradeceu o Conselheiro, e considerando encerrada a discussão deste item, sugeriu que os Conselheiros que assim o desejassem, encaminhassem sugestões à Secretaria Executiva do CERH/PR. A seguir passou ao 6º item da pauta referente à aprovação da Resolução nº07/04 CERH/PR que trata da criação da Câmara Técnica de Acompanhamento do Processo de Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, Câmara esta que foi aprovada por unanimidade. A seguir iniciaram-se as indicações para compor a Câmara Técnica, composto pela relatoria, que é indicada pelo Presidente, dois membros de instituições públicas e dois membros representantes dos usuários, Sociedade Civil e Prefeituras. O Presidente indicou a SUDERHSA como relatora da Câmara, tendo em vista que cabe a ela a responsabilidade da elaboração do Plano. Na seqüência, indicaram-se para participarem da Câmara Técnica, a SANEPAR, a SEAB, a COPEL, a COMEC, a OCEPAR e a FAEP, a SEPL, os membros da Sociedade Civil indicaram a participação do CEDEA, e a Conselheira MARIA ARLETE ROSA sugeriu a participação do Conselheiro Cristóvão Fernandes da ABES, ultrapassando portanto o número de membros previsto para composição de Câmaras Técnicas. O Conselheiro Rafael Filippin disse que a Sociedade Civil havia consensado na indicação do CEDEA para a Câmara Técnica do Plano Estadual, e que a indicação do Professor Cristóvão Fernandes seria para a Câmara Técnica de enquadramento. O Conselheiro EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA da ABAS, mencionou que as entidades técnico profissionais ABAS, ABRH e ABES estariam participando do Plano como instituições parceiras, mas que, pela abertura que se dá no Capítulo IV do Regimento Interno (das Câmaras Técnicas), Art. 14, parágrafo quarto, que instituições podem participar como convidadas. O Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA garantiu que todas as instituições públicas poderiam ser parceiras na elaboração do Plano, mas solicitou que, além da participação da SUDERHSA como relatora, se indicassem mais duas instituições públicas para participarem da Câmara Técnica, e que as outras duas vagas fossem ocupadas pela Sociedade Civil Organizada. O Conselheiro CRISTÓVÃO FERNANDES comentou que a UFPR teve um projeto aprovado junto ao FINEP, em parceria com a USP, para estudar bases técnicas para a questão de enquadramento, também em parceria com a SANEPAR e a SUDERHSA, e entendeu que seria mais interessante a sua participação na Câmara Técnica de enquadramento. O Sr. LUIZ FERNANDO GONÇALVES, da COPEL, lembrou que seria importante definir o papel dessa Câmara Técnica. O Conselheiro DARCY DEITOS e o Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA esclareceram que essa Câmara Técnica é a representação do Conselho junto a esse trabalho de elaboração do Plano, que tudo que a Câmara analisar vai ser trazido ao Conselho, exercendo o seu papel de relatoria, sendo que o poder de decisão cabe ao Conselho. Ressaltou que o Art. 14 do Regimento Interno do CERH/PR diz que “o presidente do CERH/PR poderá instituir Câmaras Técnicas permanentes ou temporárias para analisar e relatar assuntos a ela atribuídas, que encaminharão ao final suas conclusões à Secretaria Executiva”. O Sr. LUIZ FERNANDO GONÇALVES ressaltou a importância da COPEL e da SANEPAR, que são dois grandes usuários de recursos hídricos do Estado do Paraná, e que detêm conhecimento do planejamento de recursos hídricos. O Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA

insistiu na importância da participação da Sociedade Civil na Câmara Técnica e que a SANEPAR e a COPEL tinham presença garantida como instituições parceiras e também com representação no Conselho Estadual. O Conselheiro EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA sugeriu que seria importante a participação de uma das entidades técnico profissionais (ABAS, ABRH ou ABES) como convidada dessa Câmara Técnica. O Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA sugeriu também a participação da COPEL e SANEPAR como convidados. Por fim, colocou em votação a proposta de composição da Câmara Técnica, com a SUDERHSA na relatoria, SEAB e SEPL como representantes das instituições públicas e OCEPAR e CEDEA como representantes dos usuários de recursos hídricos e sociedade civil, o que foi aprovado por unanimidade. O Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA passou ao sétimo item da pauta, a de criação de uma Câmara Técnica para discussão sobre o enquadramento de cursos d'água de domínio do Estado do Paraná, proposta esta decorrente de um ofício encaminhado pela SANEPAR à SUDERHSA, solicitando reenquadramento de classe de rios do Paraná, considerando o seu interesse. O Conselheiro CRISTÓVÃO FERNANDES colocou à disposição da Câmara Técnica os resultados do trabalho de pesquisa referente a questões de enquadramento de corpos hídricos, a ser realizado no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2006, projeto este com recursos do Fundo Setorial CTHIDRO, de um programa de pesquisa em rede com algumas universidades do Brasil, da qual a UFPR em parceria com a USP conseguiram ser credenciadas. O Conselheiro EDUARDO SALAMUNI também colocou à disposição da Câmara Técnica o trabalho da MINEROPAR a respeito da geoquímica das águas do Paraná, em desenvolvimento, mas já com resultados significativos. A Conselheira MARIA ARLETE ROSA justificou que a questão do reenquadramento é uma demanda antiga da SANEPAR, e sugeriu que se não houvessem manifestações em contrário, que se encaminhasse a proposta para votação. A criação da Câmara Técnica foi aprovada por unanimidade, sendo também consensado de que esta Câmara seria de caráter permanente, tendo em vista a complexidade do tema. O conselheiro DARCY DEITOS mencionou ser urgente o assunto, visto que a SANEPAR já encontra problemas em alguns corpos d'água, o que lhe traria problemas frente ao IAP. O conselheiro CRISTÓVÃO FERNANDES disse que gostaria de complementar a argumentação do Conselheiro Darcy Deitos sobre a complexidade do problema, e mencionou que a questão de enquadramento tem que ser analisada com relação à questão de metas progressivas, o impacto que o mesmo tem na cobrança e na outorga, e que estava em jogo a viabilidade das empresas de saneamento. A seguir passou-se à indicação dos membros da referida Câmara. Após inúmeras sugestões de indicações, houve a indicação por parte do Presidente do CERH/PR da SUDERHSA como relatora da Câmara Técnica, da SEAB e IAP como representantes do Poder Público, da FIEP e da SANEPAR como representantes da sociedade civil e usuários de recursos hídricos, contando como convidados e colaboradores, a Associação dos Municípios do Paraná – AMP, a MINEROPAR, a ABES e o Ministério Público. Esta composição foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. A Conselheira MARIA ARLETE ROSA, da SANEPAR, sugeriu que na próxima reunião do Conselho a Câmara Técnica apresentasse um relatório preliminar da situação, proposta esta que foi aprovada por unanimidade. A seguir o Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA passou ao item

de Assuntos Gerais. Comunicou que a minuta de Contrato entre o Governo do Estado do Paraná e o TDA para fins de estudos e levantamentos de usos da Bacia do Rio Tibagi, com recursos a fundo perdido da ordem de US\$ 350.000, encontrava-se na Casa Civil para assinatura. Mencionou também que havia assinado a Resolução SEMA nº 039/04, que estabelece os usos insignificantes de recursos hídricos no Estado do Paraná para fins de outorga, enquanto não forem qualificados e quantificados esses usos insignificantes na área de atuação de cada Comitê de Bacia Hidrográfica. A seguir franqueou a palavra aos Conselheiros para informes e considerações que entendessem oportunas. O Conselheiro CRISTÓVÃO FERNANDES, da ABES, informou que na semana seguinte estaria sendo concluído o último módulo do curso de especialização em Gestão Municipal de Recursos Hídricos, que contou com recursos do fundo setorial CTHIDRO, na qual foram oferecidas 50 vagas, e que este último módulo contaria com uma série de palestras, uma das quais a ser proferida pelo Secretário Cheida, motivo pelo qual reforçou o convite, entendendo que a gestão de recursos hídricos culmina na questão institucional e na questão política, da qual o Secretário daria uma grande contribuição para as pessoas que estavam terminando o curso. Mencionou que três integrantes do Conselho, Marianna Roorda, Everton Souza e Rafael Filippin foram alunos do Curso. Mencionou também do interesse em reeditar esse Curso de Especialização no ano seguinte, para o qual pediu ajuda à SUDERHSA. O Conselheiro DARCY DEITOS da SUDERHSA solicitou que fosse registrado em ata uma homenagem ao Fábio Ramos, falecido precocemente naquele ano, e que foi o mentor da institucionalização do Curso na UFPR. O conselheiro GUNTOLF VAN KAICK manifestou sua satisfação, em nome da OCEPAR e da FAEP, pela edição da Resolução nº 039/04, que regulamentou o uso insignificante dos recursos hídricos, pelo fato de que essa medida representa uma grande tranquilidade para um grande contingente da população rural de baixo nível de uso de recursos hídricos. Cumprimentou o Presidente e o Governo do Estado pela iniciativa, que entendia ser de profundo cunho social. O Conselheiro RAFAEL FILIPPIN disse entender que a Resolução pudesse ser aprovada no âmbito do CERH/PR, e elencou razões pela qual entendia que essa Resolução não poderia ter sido assinada. Disse entender que houve uma usurpação das competências legais dos Comitês de Bacia com a edição dessa norma. Que a lei estadual de recursos hídricos consagrou o princípio da subsidiaridade, e que essa decisão não poderia ter sido tomada pela Secretaria ou pelo Conselho, alijando dessa forma da discussão a população local, e por último, que a Resolução assinada transgredia o princípio do acesso à informação, visto que não foram revelados os motivos verdadeiros desse ato administrativo, solicitando que diante dessas razões, a discussão retornasse ao Conselho para que se desse um outro encaminhamento a esse tema. O Presidente do Conselho LUIZ EDUARDO CHEIDA disse que embora a Resolução já esteja em vigência, que a mesma poderia ser discutida no âmbito do Conselho, mas que a Resolução encontrava-se amparada no Art. 5º da Resolução nº 16 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O Conselheiro EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA passou informes sobre a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, na qual o Paraná participa da discussão em três Regiões Hidrográficas através das Comissões Executivas Regionais, que estavam numa fase de avaliação de um termo de referência para elaboração dos Cadernos Regionais, que comporão o Plano Nacional. Portanto destacou a

importância dos dados a nível regional que cada estado tem para contribuir para a elaboração do referido Caderno Regional, e que para essa finalidade foi mantido contato com diversas instituições no sentido de se obter as referências desses trabalhos, para serem fornecidos ao Consultor de Cada Região Hidrográfica, que seria contratado no início de 2005. Disse da necessidade de se ampliar o âmbito da discussão da elaboração do Plano Nacional, e visto que cada representante das Comissões Executivas Regionais teriam que indicar mais três representantes para participar do Seminário Regional previsto na seqüência, salientou a importância da participação do segmento dos usuários, da sociedade civil e do poder público. O Conselheiro DERLI DONIN parabenizou o Presidente pela edição da Resolução que estabelece os usos insignificantes de Recursos Hídricos, que considerou de extrema importância para os agricultores. O Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA agradeceu e passando a novo informe, comunicou aos Conselheiros que o Paraná havia retomado a liderança nacional no recolhimento de embalagens de agrotóxicos, e que através de um trabalho extraordinário feito pela sociedade, através das cooperativas, da EMATER, do IAP, da SUDERHSA e das Prefeituras Municipais, haviam sido recolhidos no mês anterior quase três mil toneladas de embalagens de agrotóxicos no Paraná. Fez também uma abordagem sobre o acidente do navio Vicuña e falou da necessidade de se discutir formas de se evitar novos acidentes e de se implementar sistemas de prevenção e de defesa ambiental. O Conselheiro EDUARDO SALAMUNI disse das dúvidas que tinha quanto à inserção do CERH/PR nas questões do mar territorial e esclareceu que a MINEROPAR está inserida na discussão sobre a disputa de dominialidade do mar territorial com Santa Catarina e que iria participar de reunião em Brasília para discutir projeto de lei sobre a mudança do mar territorial em todo o Brasil. Disse entender que esse era um assunto que cabia ser colocado e discutido no CERH/PR para conhecimento dos Conselheiros do desenrolar dessa matéria. O Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA disse entender que a proposta era pertinente e propôs uma apresentação da matéria numa próxima reunião do Conselho. Por fim, agradeceu a participação de todos os Conselheiros e deu por encerrada a reunião, da qual eu, MARIANNA SOPHIE ROORDA, Secretária Executiva do CERH/PR, lavrei a presente Ata, em Curitiba, aos 05 dias de maio de 2005.

De acordo
Curitiba, 14 de junho de 2005

LUIZ EDUARDO CHEIDA
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos